

Parlamentares condenam as modificações no Orçamento

02 MAI 1992

O GLOBO

DENISE ROTHENBURG

BRASÍLIA — A argumentação de parlamentares de que fizeram modificações no Orçamento da União, depois de sua aprovação no Congresso, com aval da Comissão Mista de Orçamento, é considerada inconsistente por um grande número de deputados e senadores, a começar do líder do PMDB, Humberto Lucena. Ele afirma que não existe qualquer dispositivo no regimento interno que permitisse ao ex-relator geral do orçamento Ricardo Fiúza alterar o texto votado pelos parlamentares, mesmo que a comissão tivesse dado autorização.

— Isso não existe. Se a comissão deu qualquer autorização para modificar o texto, errou. O que tem que se fazer agora é retirar tudo o que não foi votado — afirmou Lucena.

O senador Esniridião Amim

(PDS-SC) concorda com a análise de Lucena. Segundo ele, não há a menor possibilidade de se alterar um texto depois de aprovado. A única possibilidade é corrigir erros de redação.

— Houve inclusão de emendas. Isso é errado. Se o relator diz que fez isso com autorização, então, houve um conluio, também errado — afirmou Amim, referindo-se ao levantamento feito pelo GLOBO, apontando 65 emendas incluídas no orçamento depois do dia 19 de dezembro, quando foi votada a redação final.

O senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE) disse que o presidente Mauro Benevides (PMDB-CE) terá que ter todo o empenho para apurar o que houve no Prodases, porque uma mudança de redação final não se justifica, mesmo que exista acordo entre os partidos para que isso seja feito. No caso de um acordo, ele acredita que o procedimento correto seria analisar

as emendas e depois votá-las no plenário do Congresso.

As afirmações de que os acordos anteriores serviriam para justificar alterações no texto votado dia 19 estão sob análise do corregedor geral da Câmara, deputado Waldir Pires. Livre das votações do salário-mínimo esta semana, ele pretende se dedicar exclusivamente à apuração de desrespeito às normas internas da Casa. No dia em que a reportagem do GLOBO foi publicada, quarta-feira, Waldir Pires deixou claro que não é admitida a mudança no texto que teve sua redação final aprovada.

Até mesmo parlamentares que auxiliaram Fiúza na confecção do orçamento no Prodases concordam que não existe dispositivo regimental que permita essa alteração. O deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) ficou surpreso com as alterações:

— Se foi depois de votada a redação final, é uma encrenca para quem fez.